CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO CEE Nº 1380/78

INTERESSADO: Externato "São Luiz" / Santos

ASSUNTO: Matrícula sem idade legal

RELATOR: Cons. Renato Alberto T. Di Dio

PARECER CEE Nº 1179/78 CEPG Aprov. em 27/09/78

I - RELATÓRIO

1. HISTÓRICO:

Dircelina Figueira Caetano, Diretora do Externato "Sao Luiz", em Santos, solicita autorização "para continuarem a frequentar a 1ª série do 1º grau no ano letivo de 1978 quinze alunos, "que não completam 7 anos até 31 de dezembro do corrente ano e que já estão matriculados neste estabelecimento de ensino, desde o início do ano".

O pedido foi encaminhado com atraso a este Conselho, uma vez que é datado de 27 de julho do corrente ano e foi despachado pela Presidência no dia seguinte.

2. APRECIÇÃO:

A irregularidade cometida pela Escola configura desobediência a dispositivo legal específico: Art. 19 da Lei 5692/71, regulamentado por este Conselho. A Deliberação CEE nº 22/77, no parágrafo único de seu art. 2º, diz que a solicitação de matrícula de alunos sem idade mínima legal deve ser dirigida ao Conselho Estadual de Educação dois meses antes do início das aulas.

A violação adquire maior gravidade porque se trata de um grupo de quinze alunos, dos quais três completaram seis anos em julho e um somente em agosto de 1978! Essas crianças foram admitidas no 1º ano com cinco anos de idade!

Os documentos que, sob o título de "Estudo Psicológico", acompanham os requerimentos, não contem dados convincentes, tanto mais que foram assinados pela própria Diretora da Escola, que não consta possuir o diploma de Psicóloga.

Essas crianças deverão matricular-se na 1ª série quando houverem completado a idade mínima legal. Não se

diga que serão prejudicadas com a declaração de nulidade da matrícula. Prejudicadas seriam se fossem mantidas fora de sua faixa etária, com os desajustamentos emocionais decorrentes. Nem se objete que poderão mostrar-se desinteressadas se repetirem a 1ª série: caberá ao professor dosar e variar o ensino de modo a mantê-las motivadas. Uma solução seria a de formar uma classe com esses quinze alunos em 1979, dispensando-lhes um tratamento especial.

II - CONCLUSÃO

À vista do exposto, somos de parecer que não pode ser convalidada a matrícula na 1ª série do 1º grau do Externato "São Luiz", em Santos, de ANDREA DOS SANTOS PAGÉU, ALESSANDRA DE MENDONÇA FLORES, CARLOS RASCA DE ABREU JÚNIOR, CLÁUDIA BENEDITO CARRASCO, EDERSON TAIBO RIECHELMANN, EVANDRO FRANCO SIMÕES, FÁBIO MENEZES SANTANA, JÚLIO OLÍMPIO MELO DE ARAÚJO, FRANCISLEIDE PEREIRA AMARAL, LUÍS ALBERTO DIAS LANDEIRA, NILTON JOSÉ DE CARVALHO JÚNIOR, PATRÍCIA CRISTINA OLIVEIRA DA COSTA, REGIANE DOS SANTOS, ROSEMARI FERNANDEZ VAZQUEZ e SANDRO JOSÉ CUSTÓDIO.

Notifique-se a direção da escola de que pedidos de autorização adequadamente informados devem ser protocolados com antecedência de sessenta dias para que sua apreciação ocorra antes do encerramento das matrículas.

Em caso de reincidência específica, este Conselho solicitará providências para que sejam aplicadas aos responsáveis as sanções cabíveis, que poderão culminar com o pedido de fechamento da escola.

São Paulo, 30 de agosto de 1978

Cons. Renato Alberto T. Di Dio

Relator

III - DECISÃO DA CÂMARA

A CÂMARA DO ENSINO DO PRIMEIRO GRAU adota como seu Parecer o Voto do Relator.

Presentes os Nobres Conselheiros: Constâncio Nogara, Geraldo Rapacci-Scabello, Gilberto Waack Bueno, João Baptista Salles da Silva, José Conceição Paixão, Maria de Lourdes Mariotto Haidar e Renato Alberto T. Di Dio.

Sala da Câmara do Ensino do Primeiro Grau, em 30 de agosto de 1978.

Cons. JOSÉ CONCEIÇÃO PAIXÃO
Presidente

IV - DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por unanimidade, a decisão da Câmara do Ensino do Primeiro Grau, nos termos do Voto do Relator.

Sala "Carlos Pasquale", em 27 de setembro de 1978

a) Cons. MOACYR EXPEDITO M. VAZ GUIMARÃES
Presidente